

## As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense

Igor Gastal Grill

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GRILL, IG. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. In: MARENCO, A., org. *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, pp. 135-169. ISBN 978-85-386-0384-9. Available from doi: [10.7476/9788538603849](https://doi.org/10.7476/9788538603849). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/bfwrk/epub/marenco-9788538603849.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense

*Igor Gastal Grill\**

## Apresentação

O estado do Maranhão é frequentemente apresentado na mídia e na bibliografia especializada como caso exemplar de “política oligárquica” no Brasil. Tal classificação se apoia geralmente na associação estabelecida dos profissionais da política com práticas patrimonialistas, com domínio familiar, com laços de dependência/reciprocidade com o poder central, com resquícios de instrumentos tradicionais de mando político (mandonismo, coronelismo), etc.

O termo “oligarquia” assumiu enorme elasticidade em tal cenário, sendo utilizado por diferentes atores como intelectuais, analistas políticos, jornalistas e políticos.<sup>1</sup> No plano das lutas eleitorais, a possibilidade de “etiquetagem” e os limites das fronteiras daqueles que podem ser considerados como parte da “oligarquia” ou daquilo que é designado como “oligarquia” delineiam um espaço político dotado de plasticidade. É utilizado estrategicamente de acordo com a conjuntura e com os alinhamen-

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA

<sup>1</sup> Para uma análise desses usos em batalhas políticas e intelectuais, ver Grill (2010).

tos faccionais.<sup>2</sup> Os critérios sociais (relações de parentesco no mundo da política, reprodução de famílias em posições políticas e partidárias, controle por parte de grupos familiares de recursos de poder políticos, etc.) e políticos (manutenção de “grupos políticos” em cargos por períodos longos, cooptação de lideranças, sucessões controladas, etc.) acionados para justificar a utilização da expressão estigmatizante e portadora de estereótipos possuem alvos móveis e são mobilizados ao sabor das clivagens efêmeras que se fazem, desfazem e refazem constantemente.

Além disso, seu uso aponta para uma tendência de transferir a explicação dos fenômenos políticos às decisões, vontades, interesses e desígnios de uma coletividade substancializada, “a oligarquia”, adotando o modelo reificante de perceber a “vida social”, em detrimento do enfoque relacional ou processual. Instituições, rótulos, coletividades e relações de poder são antropomorfizadas, substancializadas e personificadas, ao invés de serem concebidas como produtos das cadeias de interdependências, do caráter simbólico da dominação e dos processos coletivos (Elias, 1999). Essa tendência de personificar ou reificar as relações de poder leva a identificar “alguém” (um “líder”), um “grupo” (“grupo oligárquico”) ou um “tipo de entidade sobre-humana” (a “oligarquia”) como “detentores” do poder.

O esforço aqui é deslocar o debate do plano normativo para o tratamento analítico centrado nos condicionantes, nos padrões e nas transformações da seleção política.<sup>3</sup> Desse modo, o foco recai na composição do domínio especializado da vida social denominado de política e nos agentes que nele se especializam, designados como “elites”, profissionais e lideranças políticas, bem como suas interações com a “não-elite”, os profanos ou seguidores (Ysmal, 1985).

---

<sup>2</sup> O uso da noção de facção para caracterizar o enfrentamento entre coalizões interpessoais se deve ao caráter instável e temporário, à centralidade das lideranças personalísticas ou de cliques (funcionando como egos), à importância das retribuições materiais, tangíveis e individuais, à ausência ou fraqueza do elemento ideológico e à estruturação das disputas por cadeias de lealdades e hostilidades recíprocas. Ver Landé (1977), Boissevain (1977), Mayer (1977) e Bailey (2001).

<sup>3</sup> Utiliza-se seleção política pelo fato da noção comportar tanto a dimensão do recrutamento executado por parte dos dirigentes políticos que prescrevem atributos e competências, quanto a iniciativa por parte do postulante à carreira política que incorpora papéis e atribuições. Para uma discussão sobre a pertinência do uso da expressão *selection* em detrimento de *recrutement* e *enrôlement*, ver Nay (1998).

Mais do que isso, utilizando os modelos de jogos de Norbert Elias (1999), cumpre perceber como se configura a balança de poder entre o grupo que forma um nível secundário (menor em termos numéricos), representantes, delegados, líderes, “elites”, etc. que jogam entre si, e que se mantém ligado à massa de jogadores ou ao nível primário (maior em termos numéricos). Segundo ele, quando a diferença da distribuição de poder entre os indivíduos dos dois níveis é muito grande e favorável aos especialistas, estes monopolizam o acesso ao jogo (entrada de novos jogadores), mantém a disputa entre um círculo restrito de competidores e os movimentos interdependentes de rivalidades ou alianças que se processam entre eles são mais importantes do que o apoio ou influência dos jogadores de nível mais baixo. A este modelo de jogo de tipo oligárquico é confrontado o modelo de jogo de tipo democrático, no qual o equilíbrio de poder se altera, a influência dos jogadores do nível mais baixo cresce, as funções de representação são alteradas nas suas atribuições (os especialistas tornam-se porta-vozes, funcionários, mandatários, etc.) e estão pautadas em proporção semelhante pelas relações entre os indivíduos que compõem o grupo de nível mais elevado e entre esses e os jogadores de nível mais baixo. Como resultado, constelações diversas de interações se misturam, incrementando a incerteza quanto ao resultado do jogo e complexificando as estratégias e cálculos dos jogadores.

Acontece que as bases sobre as quais se assentam as posições de poder de uma “elite”, camada de profissionais da política ou lideranças podem residir tanto na força que os agentes possuem em virtude da notoriedade, da reputação ou do carisma pessoal quanto na investidura ou delegação de um capital coletivo acumulado por um grupo ou instituição (Bourdieu, 1989). Isso exige que, além de captar o grau de monopolização do poder político, seja observado em que medida isso é decorrente de uma endogenia social e/ou endogenia política. Em outros termos, é necessário, por um lado, apreender as propriedades sociais que diferenciam os especialistas dos profanos e a maior ou menor heterogeneidade social no interior do espaço político. Por outro lado, compreender os mecanismos que permitem aos profissionais da política operar uma seleção prévia à escolha dos eleitores, filtrar pretendentes e controlar o acesso às posições de poder, assim como a partir de quais instrumentos (partidos, famílias, redes de lealdades, etc.) conseguem atuar.

Em termos metodológicos, deve-se, inicialmente, apreender a relevância dos processos de seleção social via uma sociografia que seja ca-

paz de mensurar o peso do background social, do patrimônio familiar, do acesso a títulos escolares e profissionais, da condição de gênero, da origem étnica, entre outros indicadores de posição social que permitam visualizar a morfologia da “elite” e o grau de diversificação social ao longo do tempo. Posteriormente, considerar os efeitos da constituição de um domínio propriamente político com suas regras e papéis específicos, suas exigências de profissionalização e seus instrumentos de pré-seleção, captando o maior ou menor controle dos segmentos estabelecidos e o nível de concorrência no interior da chamada “elite política”. Tarefa viável por intermédio de indicadores de padrões de carreira política (cargo e idade de ingresso na arena política, tempo de mandatos antes de chegar às posições no cume da hierarquia política). Por fim, as estratégias de legitimação dos recursos acumulados dentro e fora da política por meio das definições legítimas de política que os agentes procuram impor.<sup>4</sup>

O texto ora apresentado procura operacionalizar essas diretrizes de pesquisas. Para tanto, são utilizadas informações biográficas coletadas sobre deputados federais eleitos entre 1945 e 2010 no Maranhão, memórias produzidas pelos mesmos, biografias sobre os parlamentares ou parentes que ocuparam cargos políticos e entrevistas em profundidade realizadas com os próprios políticos, assessores e membros das famílias. A exposição está dividida em três momentos que abarcam as perspectivas comparativa, diacrônica/quantitativa e sincrônica/qualitativa do estudo. Na primeira seção são apresentados resultados de uma comparação efetuada entre parlamentares maranhenses e gaúchos no período 1945-2006. Na segunda seção, são consideradas 17 bancadas (1945-2010) do

---

<sup>4</sup> A pesquisa aqui apresentada está inspirada em um conjunto de trabalhos realizados por cientistas sociais franceses (Gaxie, 1980 e 1993; Gaxie e Offerlé, 1985; Collovald, 1985; Garraud, 1989; Dogan, 1999) e brasileiros (Coradini, 2001; Perissinoto, 2009; Rodrigues, 2002; Marenco dos Santos e Serna, 2007; Messenberg, 2002). Para um balanço bibliográfico sobre a complementaridade das perspectivas, ver Offerlé (1999), Hubé (2009) e Grill (2008a e 2011). Levêque (1996, p. 176-187) reuniu uma bibliografia sobre as condições da profissionalização política e do êxito na carreira. Seu levantamento chegou a mais de três centenas de referências, considerando quase que exclusivamente autores franceses. Dividiu-os nas seguintes eixos: 1) a profissionalização como processo histórico; 2) profissionalização e carreira política; 3) profissionalização política pela socialização; 4) escolas do poder; 5) peso das variáveis sociais sobre a profissionalização política; 6) o processo coletivo de profissionalização política.

estado do Maranhão na Câmara dos Deputados. Por fim, são apresentados casos de deputados eleitos nas duas últimas eleições (2006 e 2010) neste estado e que protagonizam as disputas políticas mais recentes.

O contraste com o caso gaúcho, uma configuração política regional tão distinta, permite evidenciar padrões de monopolização política controlada por segmentos estabelecidos social e politicamente, logo o “caráter fechado e coeso” da “elite política estadual”. O estudo longitudinal permite nuançar tais constatações e identificar uma incipiente diversificação social nas composições das bancadas e transformações nos padrões de carreiras políticas. Os perfis analisado na última seção sinalizam para a combinação de práticas tidas como mais “tradicionais” e novas exigências de um espaço que se complexifica lentamente.

### Análise comparativa: Maranhão e Rio Grande do Sul<sup>5</sup>

A adoção de um enfoque comparativo entre as duas configurações regionais<sup>6</sup> permite perceber algumas recorrências. Nos dois estados, prevalecem parlamentares do sexo masculino, portadores de diplomas superiores, descendentes de “famílias de políticos” e que se dedicaram a ocupações que conferem notoriedade.

Deve-se grifar que apenas 4 mulheres participaram das bancadas de deputados federais do Maranhão<sup>7</sup> e 8 mulheres participaram das bancadas de deputados federais do Rio Grande do Sul. Com destaque para o fato que a presença feminina na Câmara dos Deputados teve início apenas em 1990, no primeiro caso, e em 1994, no segundo caso.

---

<sup>5</sup> Os dados apresentados nesta seção foram coligidos de um estudo mais amplo publicado na forma de artigo e capítulos de livros (Grill, 2008b, 2008c e 2009)

<sup>6</sup> A noção de configuração utilizada aqui se inspira nas formulações de Elias (1999) e Sawicki (1997). Para Elias (1999, p. 142) a noção comporta ações e reações dos jogadores, tensões e interdependências entrelaçadas responsáveis pelas modificações históricas e pelos arranjos sociais. Sawicki (1997, p.37) define configuração como o espaço onde as relações de força entre grupos sociais tomam uma forma singular, modelando e retraduzindo as mudanças de todas as ordens que a afetam.

<sup>7</sup> Para um estudo detalhado acerca da presença, perfis, percursos e atuação de deputadas federais e estaduais no Maranhão, ver Costa (2009).

Do mesmo modo, assinala-se que em ambos os cenários a presença de deputados federais que possuem título de ensino superior ultrapassa 85 %. Mais precisamente 85 % no Maranhão e 87 % no Rio Grande do Sul.<sup>8</sup>

A análise dos dados de origem dos deputados levou à constatação de que 70 % dos deputados federais do Maranhão possuem parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, enquanto no Rio Grande do Sul a porcentagem chega à 50 %.<sup>9</sup> No conjunto da população analisada em cada estado, 30 % no Maranhão e 25 % no Rio Grande do Sul têm ascendentes que exerceram ou exercem cargos eletivos; 22 % no Maranhão e 16 % no Rio Grande do Sul possuem descendentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos; 40 % no Maranhão e 31 % no Rio Grande do Sul têm membros da mesma geração na “família” que desempenharam ou desempenham cargos eletivos. Ademais, o número de parentes com cargos eletivos em um mesmo grupo familiar é outro dado importante. No Maranhão 15 % dos deputados têm, no mínimo, cinco parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, enquanto no Rio Grande do Sul a porcentagem chega a 10 %. Mais de 42 % dos deputados maranhenses e 30 % dos deputados gaúchos possuem entre dois e quatro parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, sem desconsiderar que 47 % dos deputados maranhenses e 30 % dos deputados gaúchos pertencem a “famílias de políticos” de duas, três ou quatro gerações de ocupantes de cargos eletivos. Os dados demonstram, então, um peso maior do vínculo de parentesco entre políticos ocupantes de mandatos eletivos no Maranhão, mas indicam uma significativa presença também de laços familiares entre a “elite política” gaúcha.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Porcentagens próximas à identificada por Rodrigues (2002) para o conjunto dos deputados federais que compõem 51ª Legislatura. Segundo o autor, 82 % dos casos analisados por ele têm algum diploma de curso superior. Número próximos também àqueles identificados por Messenberg (2002) para o período 1987-1995

<sup>9</sup> Sobre a relação entre parentesco e disputas eleitorais no Rio Grande do Sul, consultar Grill (2003).

<sup>10</sup> Seria necessário uma análise mais minuciosa para verificar o peso entre os agentes com parentesco com outros políticos da “hereditariedade política” (a contribuição familiar pra predispor os agentes a investirem na carreira) e da “hereditariedade eletiva” (o parentesco como um recurso eleitoral). Ver Garraud (1989). Sem falar que os repertórios biográficos ainda são pouco confiáveis na tarefa de detectar tais informações, apenas apresentando os casos de maior notoriedade.

Tanto no Maranhão como no Rio Grande do Sul o conjunto das profissões exercidas no período que precede o ingresso na carreira eletiva (ocupação do primeiro cargo eletivo) sinaliza a importância de três fatores: 1) a reconversão de uma notoriedade profissional (indicada principalmente pelo número de advogados, médicos, jornalistas, professores e professores universitários); 2) o peso do patrimônio econômico e do pertencimento aos círculos que compõem as “elites econômicas” nas carreiras políticas (sugerido pela significativa presença de empresários e proprietários rurais); 3) a passagem por funções públicas (via concurso ou nomeação com base em laço político)<sup>11</sup> – sendo que as bases sociais derivadas da profissão não são excludentes entre si.

No entanto, é necessário apresentar as diferenças que existem entre os dois estados. Proporcionalmente, no Maranhão predominam os empresários, os proprietários rurais e os funcionários públicos, ao passo que no Rio Grande do Sul há um número maior de advogados, professores e professores universitários. No primeiro caso, o recrutamento é mais concentrado em termos de extração social e há uma forte recorrência de profissões relacionadas ao domínio econômico e à administração pública. No segundo caso, a diversificação social no recrutamento é mais contundente, assim como é maior o peso de profissões que possibilitam a afirmação de um reconhecimento como intelectual e de uma posição de porta-voz de causas legítimas.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Dogan (1999, p.174) salientou a “afinidade evidente” entre profissões do domínio “du verbe et de plume” como advocacia, jornalismo e magistério, assim como o peso dos funcionários públicos na esfera política na caso da França. Rodrigues (2002) destacou, a partir da bibliografia sobre diversos países, a importância de categorias como funcionários, professores, advogados, jornalistas, profissionais liberais como “fontes de abastecimento da classe política”. O principal motivo apontado é justamente por essas profissões possibilitarem um maior tempo livre e/ou grande flexibilidade no horário de trabalho, além do “domínio da oratória”. Salientou também a presença de empresários nos parlamentos.

<sup>12</sup> Para um estudo detalhado sobre as estratégias de afirmação de recursos intelectuais e militantes, ver Reis (2007).



Quadro 1. Profissão exercida antes do primeiro cargo eletivo

Profissão	nº de casos MA	nº de casos RS
Advogados	34	100
Empresários (grandes e médios)	50	30
Proprietários Rurais (grande e médio)	30	30
Professores Universitários	11	30
Professores	7	20
Jornalistas	7	15
Comunicadores (rádio e TV)	-	6
Médicos	15	10
Dentistas	1	4
Alto Funcionário Público	25	18
Médio Funcionário Público	30	14
Baixo Funcionário Público	5	10
Metalúrgico	1	3
Pescador	-	1
Pequeno Agricultor	-	3
Estudante	3	1

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Ocorrem variações também no que se refere aos diplomas escolhidos e às instituições de ensino frequentadas. Apesar de nos dois estados predominarem os deputados titulados nos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, em termos proporcionais observa-se no Maranhão a frequência maior dos formados em Medicina (17,7 % contra 5,7 % no Rio Grande do Sul) e Engenharia (21,1 % contra 5,7 %) e há maior concentração nos três principais cursos (Direito, Medicina e Engenharia), por outro lado, no Rio Grande do Sul, há maior incidência de parlamentares formados em Direito (63,2 % contra 41,2 % no Maranhão)<sup>13</sup> e uma diversificação maior de títulos.

<sup>13</sup> Mais uma vez tomando como parâmetro o trabalho de Rodrigues (2002), que se limita a uma legislatura, constata-se que o mesmo encontrou os seguintes números: 31 % em Direito, 13,1 % em Medicina e 11,7 % em Engenharia. Percebe-se que os

Os dados sobre o tipo de instituição de Ensino Superior em que foi obtido o título reforçam novamente a constatação de uma concentração maior em termos de segmentos sociais de origem da “elite política maranhense” e uma diversificação social maior da “elite política gaúcha”. Entre os deputados com título superior, os números referentes àqueles que obtiveram diplomas nas instituições públicas (federal e estadual) situadas na capital assemelham-se (pouco mais de 45 % dos casos). O que os diferencia significativamente é o peso no Maranhão das instituições públicas e particulares de outros estados, em contraposição à importância no Rio Grande do Sul das instituições públicas situadas no interior e das instituições particulares na capital ou no interior.

Quadro 2. Primeiro diploma de nível superior obtido.

1º Título Obtido	nº casos MA	(%) MA	nº casos RS	(%) RS
Direito	35	41,2	110	63,2
Medicina	15	17,7	10	5,7
Engenharia	18	21,1	10	5,7
Administração	4	4,7	5	2,9
Economia	5	5,8	15	8,6
Veterinária	1	1,1	4	2,3
Agronomia	1	1,1	2	1,2
Comunicação Social	-	-	4	2,3
Ciências Humanas	4	4,7	8	4,6
Farmácia	2	2,3	-	-
Odontologia	-	-	5	2,9
Matemática	-	-	1	0,6
Total	85	100	174	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

---

Índices encontrados para o Maranhão estão com porcentagens, nos três principais cursos, acima daqueles por ele encontrado pelo autor (especialmente no caso da Engenharia). Chama a atenção também a alta porcentagem de parlamentares formados em Direito no Rio Grande do Sul comparativamente àqueles formados em Medicina e Engenharia.

Quadro 3. Tipo de instituição de ensino superior

Tipo de Instituição Superior	nº casos MA	(%) MA	nº casos RS	(%) RS
Públicas da capital	40	47	80	46
Públicas de outros estados	41	48,2	8	4,5
Públicas do interior	0	0	20	11,5
Particulares da capital	1	1,1	31	17,6
Particulares do interior	0	0	35	20,1
Particulares de outros estados	3	3,5	0	0
Total	85	100	174	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Os dados reunidos sobre as carreiras também demonstram similaridades e discrepâncias. É possível observar que mais da metade dos parlamentares dos dois estados iniciaram-se na carreira eletiva (ou seja, ocuparam o primeiro cargo conquistado em pleitos eleitorais) com menos de 35 anos. Esse ingresso precoce torna-se ainda mais visível quando se considera a idade nos primórdios da ocupação dos cargos (incluindo eletivos e nomeados): mais de 70 % dos agentes estrearam com idade inferior a 35 anos, mais da metade antes dos 30 anos e entre 25 % no Maranhão e 23 % no Rio Grande do Sul antes dos 25 anos.

Ainda no tocante às carreiras, cotejando as informações por estado sobre o primeiro cargo eletivo ocupado, as dessemelhanças entre os padrões regionais vêm à tona, uma vez que 13 % dos deputados federais do Maranhão ingressaram na carreira política via posições eletivas locais (vereança, vice-prefeitura e prefeitura) contra 39,5 % do Rio Grande do Sul. Ademais, 50 % dos deputados federais do Maranhão iniciaram-se em cargos políticos administrativos, logo não-eletivos (somando cargos de primeiro e segundo escalões nos níveis municipal, estadual e federal) contra 25 % no Rio Grande do Sul.

Tais padrões são corroborados com a verificação das informações sobre o cargo de ingresso na carreira eletiva (primeiro cargo eletivo ocupado). Os dados mostram que, no Maranhão, apenas 18 % começaram a carreira eletiva por posições locais, isto é, como vereadores (12 %) e como prefeitos e vice-prefeitos (6 %), contra 47 % dos deputados federais, no Rio Grande do Sul, que iniciaram por posições do mesmo tipo como vereadores (39 %), vice-prefeitos e prefeitos (8 % somados). Contrariamente, no Maranhão 80 % dos agentes investigados debutaram na ocupação de

cargos eletivos como deputados federais (44 %) ou estaduais (36 %), contra 53 % no Rio Grande do Sul que ingressaram pelos mesmos cargos (27 % e 26 %, respectivamente). Dois dados merecem destaque: 1) dos deputados federais analisados, no Maranhão 12 %<sup>14</sup> e no Rio Grande do Sul 39 % iniciaram suas carreiras eletivas como vereadores; 2) dos deputados maranhenses 44 % chegam diretamente à Câmara dos Deputados sem passar por vereança, prefeitura ou deputação estadual; para os gaúchos esse índice é de 27 %.

Quadro 4 . Cargo de ingresso na carreira política

Cargo	nº de casos MA	(%) MA	nº de casos RS	(%) RS
Vereador	9	9	67	33,5
Deputado estadual	21	21	34	17
Deputado federal	16	16	37	18,5
Prefeito/Vice-prefeito	4	4	12	6
Cargos administrativos (nomeação)	50	50	50	25
Total	100	100	200	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

<sup>14</sup> Messenberg (2002) também apontou para a pequena incidência de parlamentares nordestinos que passaram pela vereança no período 1987 a 1995. Apesar disso, suas porcentagens ainda são um pouco maiores para o conjunto dos estados do nordeste (18,2 %).

Quadro 5. Cargo de ingresso na carreira eletiva

Cargo	nº de casos MA	(%) MA	nº de casos RS	(%) RS
Vereador	12	12	78	39
Deputado estadual	36	36	52	26
Deputado federal	44	44	54	27
Prefeito/Vice-prefeito	6	6	16	8
Vice-Governador	2	2	-----	-----
Total	100	100	200	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Tal discrepância nos padrões de carreiras traduz-se igualmente nas diferenças quanto à experiência eletiva prévia à chegada ao cargo de Deputado Federal. Somando os anos de cargos eletivos que os deputados federais exerceram ou alcançaram antes de elegerem-se deputados pela primeira vez, revela-se mais uma vez a variação regional. Analisando-se o Quadro 6, percebe-se que apenas 10 % dos casos analisados do Maranhão desempenharam ou conquistaram nas urnas mais de oito anos de mandatos eletivos antes de chegarem ao Congresso Nacional e 28,5 % dos casos analisados do Rio Grande do Sul. E 73 % (quase 3/4) dos parlamentares maranhenses chegaram à Câmara dos Deputados com menos de quatro anos de mandatos eletivos conquistados, contra 47,5% – menos da metade – dos parlamentares gaúchos.

Quadro 6. Experiência eletiva prévia ao mandato de deputado federal

Anos de cargos eletivos prévios exercidos ou conquistados	nº de casos MA	(%) MA	nº de casos RS	(%) RS
0	44	44	56	28
1-4	29	29	39	19,5
5-8	17	17	48	24
+ de 8	10	10	57	28,5
Total	100	100	200	100

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Por meio do exame dos perfis e itinerários políticos dos agentes associando-os aos dados sobre os ascendentes, foi possível ainda identificar, nas duas *configurações*, três padrões de afirmação social, bem como de acesso, especialização e reprodução no espaço político. O primeiro abarca os “descendentes” das “famílias mais tradicionais”, estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX. O segundo reúne os deputados egressos de “famílias” marcadas por uma “ascensão social” significativa ou pelo “empreendedorismo” na primeira metade do século XX, com presença preponderante de “descendentes de imigrantes”. E o terceiro (minoritária nos dois estados investigados) congrega os casos de ascensão política a partir de origens sociais mais baixas, calcada na atuação militante em diversos espaços.

O quadro abaixo constitui um esforço de sistematização das informações que permitem aproximar os agentes a percursos individuais e coletivos comuns. São realçados, também, os princípios de hierarquização social em concorrência, seus usos políticos e os trunfos acionados para legitimação dos deputados e dos seus “grupos familiares” no espaço político.

Quadro 7. Modalidades de afirmação e reprodução políticas

Características/ Padrões	“Tradicional”	“Ascensão Social”	“Militância”
Perfil dos ascendentes	Pertencentes às “elites” econômicas, políticas e sociais estabelecidas desde o século XIX (fazendeiros, comerciantes, altos funcionários públicos e militares).	Comerciantes ligados ao processo de imigração que ascenderam e tornaram-se prósperos empresários.	Baixa extração social ou origem humilde (pequenos agricultores, pescadores, lavradores, metalúrgico, pedreiro etc.).
Período de ingresso do grupo familiar na política eletiva	Antes de 1930.	1930-1970 (especialmente na redemocratização iniciada em 1945).	Pós-1959 (especialmente nas três últimas décadas).
Padrão de formação escolar	Diplomas em Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas (no RS, principalmente na capital, e no MA, principalmente fora do estado).	Diplomas em Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas e comunitárias na capital, no RS, e em instituições públicas na capital e em centros maiores, no MA.	Maior diversificação dos títulos escolares obtidos em instituições públicas, privadas e comunitárias da capital, e públicas, privadas e comunitárias do interior, no RS, e em instituições públicas da capital, no MA.
Padrão de ingresso na carreira política	Cargos eletivos e públicos (mais eletivos, no Rio Grande do Sul, e mais públicos, no Maranhão).	Majoritariamente por cargos eletivos, no RS, e em proporções semelhantes entre cargos eletivos e públicos, no MA.	Cargos eletivos.
Padrão de ingresso na carreira eletiva	Deputação federal.	Vereança e prefeitura, no Rio Grande do Sul, e deputação estadual, federal e prefeitura, no Maranhão.	Vereança, no RS, e deputação estadual, no MA.
Estratégias de consagração do grupo familiar	Ênfase na vinculação com o passado mítico de lutas militares e políticas, no RS, e associação com uma época de apogeu inventada que se traduzia em um estilo de vida sofisticado e na tradição de intelectualidade, no MA. Referências de síntese da “vocaçã política” = ideia de possuírem uma “vocaçã” para a “coisa pública”, pretensamente atestada por atributos naturalizados como: “formaçã”, “preparo”, “cultura”, “erudiçã”, “conhecimento”, “poder argumentativo”, “tradiçã de estudo”.	Ênfase nas condições adversas dos pioneiros imigrantes e no trajeto excepcional ascendente da família. Referências de síntese para justificar a “vocaçã política” = “vocaçã” para o “empreendedorismo” e para o “trabalho comunitário”, atestada por atributos naturalizados como: “capacidade de trabalho”, “capacidade de comunicaçã”, “audácia”, “vivência empresarial”.	Ênfase na “precariedade”, na “humildade” e na “carência” que marcaram os “antepassados” do primeiro político e na excepcionalidade do trajeto de afirmação política. Referências de síntese para justificar a “vocaçã política” = “missão”, “predestinaçã” e “obstinaçã”, atestadas pela “superaçã” via engajamento.

Fontes: Repertórios biográficos, biografias e entrevistas em profundidade.

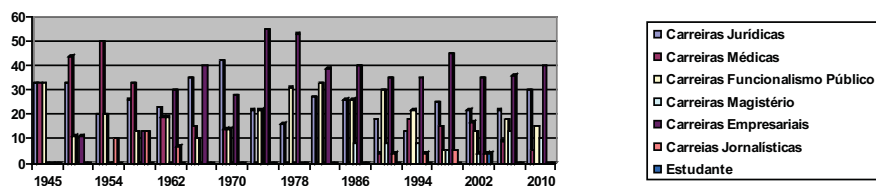
## A morfologia de uma “elite política estadual” e suas transformações

Os dados apresentados na seção anterior e o viés comparado adotado enfatizaram condicionantes da política maranhense que configuram um cenário de endogenia social e política. Predomínio de advogados, médicos, engenheiros e empresários; reprodução de “famílias tradicionais”; cooptação de segmentos outsiders; mecanismos de transmissão política via parentesco; carreiras políticas que iniciam por cima e/ou por intermédio da ocupação de cargos públicos conquistados através de nomeações; experiência de mandatos eletivos pouco significativa antes de chegar à Câmara dos Deputados; são fatores que delineiam o controle que camadas estabelecidas social e politicamente exercem sobre o espaço político.

A perspectiva longitudinal possibilita, por sua vez, atentar para alguns aspectos de diversificação da composição social da “elite política maranhense”. Considerando os mesmos indicadores mobilizados no item anterior, verifica-se que os parlamentares tendem a se distribuir ao longo do tempo em ocupações mais variadas, a conquistar diplomas em áreas menos concentradas e em instituições situadas no próprio estado (públicas e particulares) em detrimento da passagem por outros centros.

No que tange às ocupações é possível notar a diminuição de presença de médicos, funcionários públicos e advogados – que monopolizavam as cadeiras do estado no parlamento até a década de 1960 –, o aumento de carreiras empresariais entre as décadas de 1960 e 1970 e a distribuição mais equitativa entre carreiras jurídicas, médicas, empresariais, no funcionalismo público, no magistério e no jornalismo a partir da década de 1980.

Principal ocupação

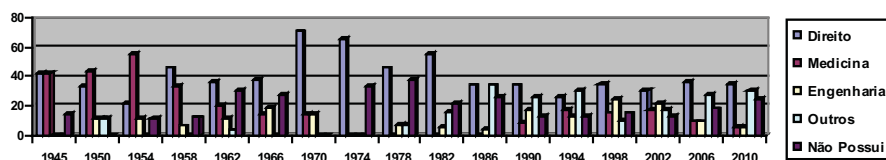


Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).



Isso se traduz igualmente na diversificação dos diplomas conquistados. O gráfico abaixo mostra um significativo domínio dos títulos de direito e medicina<sup>15</sup> em um primeiro período que se estende até a década de 1970 (sendo que com decréscimo da presença dos titulados em medicina). Sinaliza ainda para um relativo equilíbrio entre formados em direito, medicina, engenharia e outros cursos nas últimas décadas.

### Primeiro diploma superior

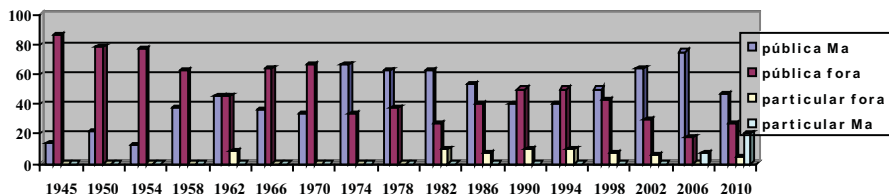


Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

Diplomas cuja obtenção tende a ser, por sua vez, cada vez mais em instituições locais, o que denota menores custos e exigências. O gráfico a seguir demonstra a relevância da passagem por outros centros nos trajetos escolares dos parlamentares maranhenses no período que inicia em 1945 e vai até 1974. A partir da década de 1970 evidencia-se a centralidade das instituições públicas (Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão) como veículo de formação da “elite política estadual”. Nas últimas décadas é possível constatar a presença mais acentuada de deputados formados em instituições particulares de fora do estado e principalmente no Maranhão (mais especificamente na capital).

<sup>15</sup> Sobre a vinculação entre Medicina e posições no espaço do per, ver Nunes (2000).

### Instituição em que obteve o título superior

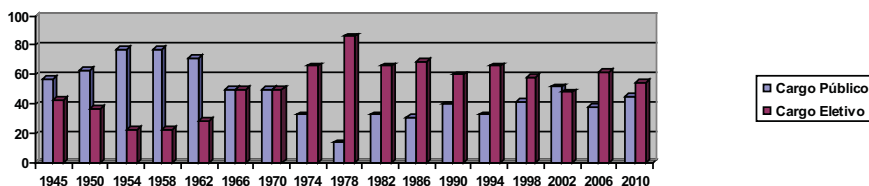


Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

A diversificação social é acompanhada de uma recente transformação nos padrões de carreiras políticas. Ao longo do tempo: diminuiu a proporção de deputados que iniciaram a carreira por cargos políticos não-eletivos (cargos de nomeação de primeiro e segundo escalões); o “ingresso por cima”, isto é, o número de casos de deputados também caiu em termos percentuais; as bancadas são formadas por deputados que chegam à Câmara dos Deputados em idade mais elevada; há um número mais expressivo de casos eleitos nas últimas eleições com carreiras de mandatos eletivos prévios mais longas.

O gráfico abaixo ilustra como existia a predominância de deputados que iniciavam suas carreiras por cargos públicos não-eletivos até 1962. No início da década de 1970 há um equilíbrio entre aqueles que ingressam por cargos públicos e por cargos conquistados via eleições. A partir da década de 1974 prevalecem os parlamentares que debutam na carreira por meio de processos eleitorais.

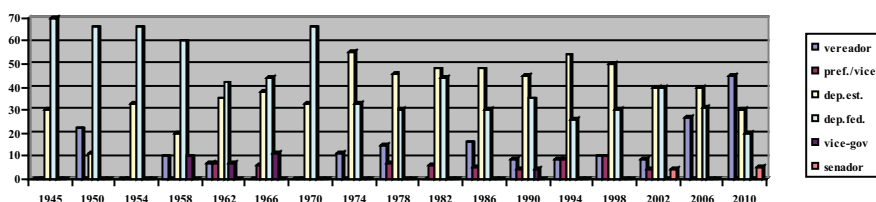
### Cargo de ingresso na carreira política



Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

Tomando especificamente o primeiro mandato eletivo conquistado, é possível estabelecer um paralelo com as informações analisada acima. Ou seja, visualiza-se no gráfico abaixo que a partir de 1974 os deputados que chegam à Câmara dos Deputados sem passar por outros cargos deixam de ser majoritários, Cabe salientar também o aumento dos casos de carreiras que começam pela deputação estadual entre 1974 e 1998 e, principalmente, o número daqueles que começam como vereadores que foram eleitos nas duas últimas eleições (2006 e 2010).

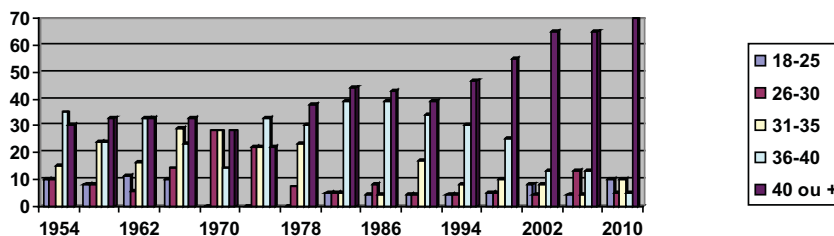
Cargo de ingresso na carreira eletiva



Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

Tais constatações podem ser corroboradas pelas informações acerca da idade que os deputados que compõem as bancadas possuíam quando chegaram à Câmara dos Deputados. Percebe-se no gráfico a seguir que a partir de 1978 há um predomínio de deputados que chegaram ao cume da hierarquia dos cargos de eleições proporcionais com mais de 40 anos. Fator incrementado ao longo das décadas de 1990 e 2000.

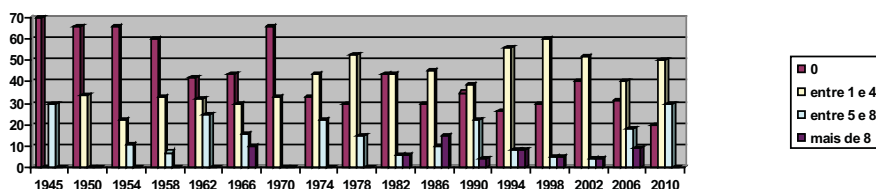
Idade de chegada na Câmara dos Deputados



Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

O fato de chegarem à Câmara dos Deputados em idade mais elevada se torna um dado ainda mais significativo quando observamos a diminuição do número de casos que alcançam tal posição com nenhuma experiência de mandatos eletivos prévios, bem como o aumento daqueles que atingem o mandato com entre 1 e 4 anos (principalmente) e com entre 5 e 8 anos de experiência (presentes entre os eleitos nas duas últimas eleições) prévia em cargos eletivos.

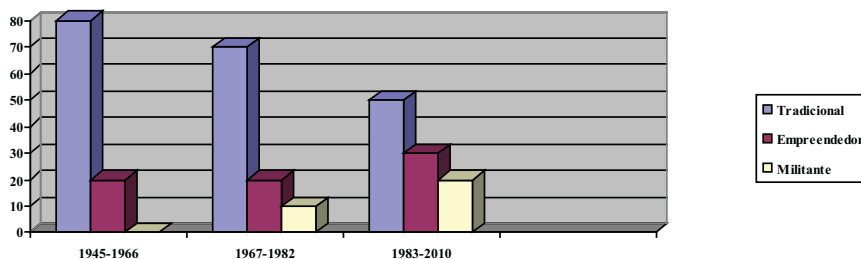
Tempo de mandatos eletivos conquistados antes de chegar à Câmara dos Deputados



Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

Reunindo mais uma vez as informações sobre origens sociais e carreiras políticas para o conjunto dos casos, é possível distribuir o conjunto de casos entre os padrões descritos na seção anterior (“tradicional”, “empreendedor” e “militante”) e revelar o processo de diversificação da “elite política” ao longo do tempo.

Padrão e distribuição dos casos por período



Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

## Mudança e continuidade nas duas últimas eleições: abordagem sincrônica e tratamento qualitativo das informações

Em que pese o exercício comparativo entre deputados federais do Maranhão e do Rio Grande do Sul ter indicado uma forte seleção social e mecanismo de seleção endógenos (seção 1), os dados expostos e considerados em uma perspectiva longitudinal apontam para uma diversificação social e para uma maior concorrência no interior da “elite política maranhense” (seção 2). Nesta seção, o enfoque adotado será sincrônico, pois abordará um conjunto de parlamentares eleitos nas duas últimas eleições (2006 e 2010) e que protagonizam as disputas eleitorais no estado na última década, assim como o tratamento das informações será, dessa vez, qualitativo, já que se apoiará em entrevistas, biografias e material coletado na mídia para descrever casos representativos das bases sociais e modalidades de carreiras.

Três eixos estruturam os padrões apresentados nas duas seções anteriores: “tradicional”, “empreendedor” e “militante”. O primeiro se constitui em torno das propriedades sociais dos agentes, isto é, perfil dos antepassados, composição do patrimônio familiar e pessoal, ocupações exercidas e trajetos escolares. O segundo fundamenta nas modalidades de percursos políticos (cargo de ingresso na carreira política, tempo de mandatos eletivos prévios e idade no momento da conquista do primeiro mandato na Câmara de deputados). Por fim, o último evidencia concepções contrastantes e concorrentes sobre a atividade política. A caracterização feita a seguir sobre um conjunto de deputados utilizará os dois primeiros eixos para permitir uma comparação entre os casos, bem como para revelar os fatores de mudanças na composição social e política da “elite” no estado e os mecanismos de continuidade.

Partindo das origens sociais, dois casos se mostram exemplares da capacidade de adaptação das estratégias de reconversão grupos familiares estabelecidos. O primeiro é deputado federal pelo Partido Verde (PV) e o segundo ocupa o mesmo cargo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Oriundo de “família de políticos”, o parlamentar do PV é neto de um desembargador - cujo pai, professor, casou com a filha de um político de Pernambuco - e de um médico - descendente de uma “tradicional família maranhense”. O pai estudou no Liceu Maranhense e na Faculdade de Direito, em São Luís. Foi oficial de gabinete do governador, secretário

do tribunal de justiça, deputado federal – eleito pela primeira vez aos 24 anos e reeleito em duas ocasiões, governador, senador pelo Maranhão (durante 15 anos), presidente da república (eleito vice-presidente, assumiu a vaga com a morte do titular) e é senador pelo Amapá desde 1990, quando se elegeu pela primeira vez, sendo reeleito em 1998 e 2006. Foi filiado ao Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Aliança Renovadora Nacional (ARENA, da qual foi presidente nacional), ao Partido Democrático Social (PDS) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. É membro da Academia Brasileira de Letras e, da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Um dos irmãos foi deputado estadual. Entre os descendentes, dois sobrinhos foram deputados, além da filha que foi deputada federal (eleita pela primeira vez aos 36 anos), governadora do Maranhão (eleita em 1994 e reeleita em 1998), senadora (entre 2002 e 2009, quando assumiu com a cassação do governador eleito em 2006 no Supremo Tribunal Federal) e novamente governadora (eleita em 2010). Os dois irmãos do parlamentar se casaram com descendentes de uma “família de libaneses”, cujos membros se constituíram em importantes empresários do estado e já contou com dois deputados federais.

Formado em Direito pela UFMA, o político do PV se elegeu pela oitava vez deputado federal em 2010, já foi deputado estadual (eleito em 1978, com 21 anos) pela Arena, deputado federal (sendo eleito a primeira vez com 25 anos) pelo PDS, pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e pelo PV. Foi ministro do Meio Ambiente durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) entre 1995 e 2002. Filiado ao PV desde 2003, liderou uma migração de lideranças municipais ao partido<sup>16</sup> e apoiou as gestões de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) como presidente. O “grupo familiar” concentra investimentos empresariais diversificados, com destaque para o sistema mirante de comunicações (composto de TV, rádios e jornais e administrado pelo seu irmão), e o parlamentar declarou à justiça eleitoral um patrimônio de R\$ 4.077.996 (terceiro maior patrimônio declarado entre os 18 eleitos pelo Maranhão em 2010) formado por ações em empresas da família e imóveis diversos (terrenos, casas, apartamento e automóveis).

---

<sup>16</sup> Ver Grill (2010b)

O deputado federal pelo PMDB também possui ascendentes que ocuparam importantes postos políticos no estado. O bisavô, bacharel em direito pela academia jurídica de Olinda, foi senhor de engenhos, promotor público, deputado provincial à Assembleia Provincial do Maranhão e deputado constituinte, além de possuir a patente de major. O avô paterno foi senhor de engenhos, ostentava a patente de capitão e casou com a filha de comendador. O pai foi funcionário público e atuou na imprensa maranhense, como colaborador do Jornal “O Combate”, ligado ao Partido Republicano, sob a direção do deputado Lino Machado. No serviço público foi datilógrafo do gabinete do então secretário de fazenda do estado e, posteriormente, chefe de seção da contadoria geral do mesmo órgão. Foi ainda diretor de serviço público e diretor do tesouro público. Chegou aos cargos de secretário geral do estado (secretaria que abrangia as pastas da fazenda, educação, interior, justiça e segurança), secretário da fazenda da prefeitura municipal de São Luís e secretário estadual da fazenda. Dirigiu também a Companhia Maranhense de Abastecimento e Preços.

Esse funcionário público teve 7 filhos, 4 homens e três mulheres. Entre os homens, o mais velho foi funcionário público, outro se tornou um importante advogado no Maranhão, o mais moço engenheiro que ocupou vários cargos públicos em governos do estado e o penúltimo (caso focado aqui) fez carreira política. Formado em direito pela UFMA (tendo participação no movimento estudantil nos anos 1960), com mestrado em direito pela PUC do Rio de Janeiro, trilhou uma carreira de cargos públicos antes de chegar aos postos eletivos. Foi assessor da secretaria da fazenda na década de 1970, analista de desenvolvimento científico do CNPq, secretário executivo do programa Carajás do governo federal na década de 1980, deputado estadual constituinte (eleito em 1986 aos 40 anos), reelegendo-se em 1990, secretário de planejamento do estado (1991-1994) e deputado federal desde 1994 (quando se elegeu pela primeira vez aos 48 anos), tendo nesse período se afastado para assumir a secretaria de educação do governo do estado do Maranhão. Foi filiado ao PMDB, PSC (Partido Social Cristão) e novamente ao PMDB. Concorreu à prefeitura de São Luís em 2008. Declarou um patrimônio à justiça eleitoral em 2010 de R\$ 421.180,19, composto de imóveis (2 casas e 1 carro) e contas correntes.

Quando se considera o eixo do padrão de carreiras é possível, principalmente a partir do primeiro cargo eletivo conquistado, perceber modalidades de controle e seleção por parte de segmentos estabelecidos

politicamente, que criam as condições de entrada de “novatos” (trazendo inclusive repertórios originais). É o caso do deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil, eleito em 2006 (que concorreu ao governo do estado em 2010) sem ter disputado nenhuma eleição até então e após um período de afastamento do estado, e do deputado federal eleito pelo PMDB em 2010, depois de exercer mais de 20 anos de cargos de primeiro escalão, muitos dos quais fora do estado e tendo origem no Ceará. São casos que ilustram os efeitos de máquinas políticas<sup>17</sup> (com lideranças rivais que polarizam as disputas e controlam facções hostis nos momentos eleitorais) para a chegada de determinado indivíduos ao topo da carreira de cargos legislativos, sem passar por postos eletivos situados em posições menos valorizadas na hierarquia política.

O primeiro<sup>18</sup> é originário de uma “família” notabilizada pelas carreiras políticas, jurídicas e intelectuais. O bisavô foi deputado provincial no Amazonas. O avô, formado em direito na Faculdade do Pará, foi promotor e juiz no Maranhão, chegando ao posto de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, além de pertencer ao panteão jurídico (patrono da cadeira número 40 da Academia Maranhense de Letras Jurídicas), e intelectual (membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão) do estado.

O pai, formado pela Faculdade de Direito de São Luís, foi vereador e deputado estadual antes do golpe militar de 1964. Com os direitos políticos cassados pelo regime militar, ocupou cargos de primeiro escalão no governo do estado nas gestões de José Sarney (1966-1970) e Pedro Neiva de Santana (1971-1974), filiados à Arena. Em 1974, recuperou o direito de concorrer a postos eletivos e se elegeu novamente deputado estadual. Não obteve sucesso nas eleições para o mesmo cargo em 1978 e 1982. Voltou a ocupar cargos de primeiro escalão nas gestões de João Castelo

---

<sup>17</sup> Modalidade específica de organização política informada por motivações de natureza material, incentivos exclusivos e individuais, retribuições tangíveis, pragmáticas no seu funcionamento, instáveis e conflituosas no interior das suas fronteiras. Ver Scott (1969) e Diniz (1982).

<sup>18</sup> Os dados usados para a construção do itinerário do agente foram coligidos de uma dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (Barros Filho, 2007) e que mobilizou uma entrevista realizada com o atual deputado federal (seguindo roteiro elaborado para uma pesquisa mais ampla sobre as bases da especialização política no Maranhão e aplicado em outros 13 casos) e uma gama variada de fontes para coleta de informações biográficas e referentes à genealogia (livros, entrevistas em jornais, anais da Assembleia Legislativa, etc.).



e Luís Rocha, governadores eleitos pela Arena e PDS, respectivamente. Foi ainda prefeito de João Lisboa por duas vezes e encerrou sua carreira quando foi derrotado na tentativa de reeleição. Autor de vários livros, foi consagrado como integrante da Academia Maranhense de Letras e membro fundador da academia Imperatrizense de Letras.

Seus três filhos homens, entre os quais o deputado federal pelo PCdoB no período 2007-2010, estudaram nos principais particulares de São Luís e se formaram em direito pela UFMA. O segundo mais velho (caso em foco), iniciou sua militância no movimento estudantil, foi presidente do grêmio da escola em que estudou e coordenador do Diretório Central de Estudantes (DCE) da universidade. Nesse período se filiou ao Partido dos Trabalhadores, sendo, inclusive, vice-presidente do Diretório Municipal. Formado, atuou como advogado de sindicatos, foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da ordem dos Advogados do Brasil no estado e professor da UFMA. Aprovado em concurso para juiz federal, foi vice-presidente e presidente da Associação dos Juizes Federais, membro do Conselho de Justiça Federal e secretário da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. É autor de livros e artigos sobre problemáticas ligadas à reforma do judiciário, sobre “direito ambiental”, “direito administrativo”, “direito constitucional”, “direito público”, “acesso à justiça”, “trabalho escravo”, “crimes ambientais” e “direitos humanos”. Após esse período de intervenções na política categorial e voltada pra o âmbito da justiça, concorreu ao cargo de deputado federal pelo PC do B.

Uma série de movimentos propiciou seu ingresso na carreira política e seu reingresso nas disputas partidárias do estado. As dissidências no jogo de facções locais redefiniram as clivagens. O então governador José Reinaldo Tavares rompeu sua ligação com a principal liderança do seu “grupo político” (José Sarney) e se aproximou das lideranças ligadas à facção rival. Atraiu vários prefeitos e personalidades para uma grande frente intitulada “Frente da Libertação” (entre elas quadros de destaque do judiciário). Na recomposição do seu secretariado, José Reinaldo Tavares contou com a colaboração de um advogado e professor universitário, que fora coordenador do Diretório Central de Estudantes da UFMA, irmão do futuro deputado federal pelo PCdoB. Foi beneficiado, então, pelo apoio de parte das lideranças locais cooptadas pelo então governador e acionou um leque de contatos com círculos da “elite política brasileira” estabelecido no período em que atuou em Brasília. Tais trunfos se soma-

ram ao trabalho de mobilização dos “operadores do direito” espalhados pelo estado, aos quadros do PC do B que atuaram de forma coesa na campanha, aos contemporâneos de movimento estudantil (muitos deles, inclusive, ainda filiados ao PT) e a uma importante parcela dos chamados “formadores de opinião” (como professores e jornalistas) de São Luís.<sup>19</sup>

Um dos resultados desses investimentos foi a conquista de um cargo eletivo já na primeira competição eleitoral e como o quarto deputado federal mais votado no MA (aos 38 anos). O ingresso “por cima”, diretamente como deputado federal, favorecido por apoios no centro da política nacional, se utilizando de rearranjos nas alianças e alinhamentos no estado, bem como se alicerçando nas “imagens” que mesclam o reconhecimento como intelectual e político, permitem o aproximar do padrão dominante de recrutamento da “elite política”. Mesmo que os repertórios e as linguagens utilizados sejam renovados e reatualizados constantemente. Em 2010, concorreu ao governo do estado e declarou à justiça eleitoral o patrimônio de R\$ 868.807,96.

Se o primeiro caso exemplifica a combinação de engajamento militante,<sup>20</sup> posição ideológica de esquerda e funcionamento de máquinas políticas, o segundo caso revela a justaposição do que se convencionou chamar de recursos de *expertise* aos trunfos decorrentes da ocupação de cargos públicos, assim como às cadeias de apoiadores que possibilitaram. O atual deputado federal pelo PMDB, é originário do município Uruoca no Ceará. Filho de um comerciante, estudou engenharia na capital, Fortaleza, e foi estagiário da Secretaria de Planejamento do Ceará. Concluiu

---

<sup>19</sup> Sobre a composição da rede de apoiadores e a mobilização da mesma durante a campanha em diferentes cenários (comícios, caminhadas, atos, etc.) e mediante linguagens distintas (panfletos, depoimentos, cartas de apoiadores, etc.) pode-se consultar Barros Filho (2007).

<sup>20</sup> Nota-se que não se trata de simplesmente acionar a atividade profissional (advocacia ou magistratura), mas como mostra Coradini (2001, p. 31): “[...] a importância da ‘profissão’, enquanto base de recursos eleitorais, é inversamente proporcional ao seu exercício, no sentido do exercício direto conforme as prescrições que o definem. Porém, mais que distanciamento da profissão enquanto exercício, trata-se da mencionada redefinição das relações com a mesma, o que possibilita a apresentação do candidato como incluído nesse mesmo ‘exercício’ como algum tipo de ‘líder’ ou, então, em alguns casos, a colocação desse exercício a serviço de alguma ‘causa’ externa ao mesmo [...]”.

a pós-graduação em Administração e Gerência pela mesma instituição, ainda na década de 1980, e mais recentemente fez mestrado em gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É autor do livro intitulado “Reforma do Estado e cidadania: contexto Maranhão”, lançado em 2010 (ano em que concorria à deputação federal)

Foi conselheiro e presidente do Conselho Regional de Economia do estado, na década de 1980. Na sequência, foi secretário de planejamento e coordenação, secretário de estado da administração e coordenador da reforma administrativa do governo Tasso Jereissati, ainda no Ceará. Na década de 1990 foi recrutado para trabalhar no projeto de reforma do estado durante o governo Edson Lobão. Nos últimos vinte anos, foi secretário de estado da administração, recursos e previdência, secretário de planejamento, secretário de ciência e tecnologia, secretário de assuntos estratégicos, reitor pró-tempore da UEMA, gerente de estado de planejamento, orçamento e gestão, coordenador da reforma administrativa do governo Roseana Sarney e secretário de administração e previdência social. No período em que a “família Sarney” e seus aliados estiveram afastados do governo do estado, o atual parlamentar foi secretário de gestão estratégica e administração e secretário de educação, cultura e desporto em Roraima.

Na sua campanha de 2010 apresentou sua biografia de cargos públicos ocupados e buscou a associação com as chamadas “realizações” nas administrações, reivindicando ser o “pai do Shopping do Cidadão”, ter criado o “Programa de Valorização do Servidor”, “o 1º plano de carreira, cargos e salários do Servidor Público da história do Maranhão”, ser responsável pela “realização de concursos públicos”, pela “Anistia da Casa Própria”, entre outras medidas. Entre as estimativas feitas por analistas sobre os possíveis eleitos, o ex-secretário aparecia invariavelmente como um dos favoritos para ser um dos mais votados em sua coligação. Uma lista de prefeitos, ex-prefeitos e lideranças municipais ligadas à facção liderada pela então candidata Roseana Sarney foi computada como responsável pela sua expressiva votação de 125.915 votos, sendo o quarto mais votado entre os candidatos a deputado federal<sup>21</sup> (aos 58 anos). O patrimônio declarado ao Tribunal Superior Eleitoral em 2010 é de R\$ 711.306, 16 e formado por apartamento e automóveis.

---

<sup>21</sup> Coradini (2001) já mostrara a importância dos cargos públicos ocupados como prova de excelência e como trunfo eleitoral nas eleições de 1998 no Rio Grande do Sul. Segundo ele, um dos segredos da sua eficácia reside no seu caráter restrito

Outras extrações sociais também são fontes de recrutamento de lideranças políticas no estado. Como foi possível mostrar na seção anterior, paulatinamente distintos segmentos passaram a coabitar o espaço político, juntamente com as camadas mais “tradicionais” da topografia social e política maranhense. Entre eles destacam-se aqueles oriundos de “famílias de empresários”, estabelecidas social e politicamente mais recentemente (sobretudo os descendentes de imigrantes libaneses)<sup>22</sup> e os parlamentares que ascendem politicamente a partir de uma “origem humilde” e se afirmam por intermédio da “militância. São ilustrativos os casos do deputado federal eleito pelo DEM em 2006 (atual primeiro suplente de senador) e o deputado federal eleito pelo PT em 2006 e 2010.

O primeiro é neto de um empresário radicado em Rio Branco, juntamente com vários primos e irmãos da mesma “família de origem libanesa”. O pai, engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) na década de setenta. Foi prefeito nomeado de São Luís no final da mesma década e início da década de 1980. Em 1982 se elegeu deputado estadual pelo PDS. Em 1986 concorreu à deputação federal e ficou na segunda suplência. Assumiu em 1988 e permaneceu na Câmara dos Deputados até 2002. Nesse ano concorreu a suplente de senador de Roseana Sarney, elegendo-se. Assumiu uma vaga no senado em 2009 e concluiu o mandato em 2010. É considerado um dos empresários mais ricos do estado, com patrimônio declarado à justiça eleitoral em 2010 de R\$ 20.386.066,78, cuja composição é feita por cotas de empresas, imóveis, contas e propriedade rural. Atualmente é segundo suplente de senador.

Em 2002, seu filho, o engenheiro formado pela UEMA, elegeu-se deputado federal pela primeira vez (aos 33 anos), sendo reeleito em 2006. Em 2010, se elegeu primeiro suplente do atual senador João Alberto (que fora vice-governador de Roseana Sarney entre 2009 e 2010). É o atual pre-

---

(raro entre os concorrentes), além disso conta com a importância atribuída aos cargos previamente ocupados e todos os ritos de institucionalização que deles decorrem. Contudo, a conversão da ação administrativa em base eleitoral se apoiaria fundamentalmente na possibilidade de ampliar social e geograficamente a área de influência, estender as redes de relações verticais administradas, contribuir para a fixação de uma imagem pública e evidenciar uma seleção prévia e interna ao meio político, pela qual o agente se diferencia dos demais especialistas.

<sup>22</sup> Para mais detalhes, recomenda-se a leitura de trabalho publicado anteriormente (Grill, 2009).

sidente estadual do DEM no Maranhão. Seu patrimônio, segundo declaração ao Tribunal Superior Eleitoral, é de R\$ 11.167.555,81, sendo composto de imóveis, quotas de ações em empresas e fundos de investimentos.

O atual deputado federal pelo PT, por sua vez, é descendente de uma “família” de trabalhadores rurais. Seu pai foi vaqueiro e lavrador e a mãe quebradeira de coco, doméstica e lavradora. Alfabetizou-se depois de adulto. Na adolescência atuou em um grupo de teatro da periferia ligado à Igreja Católica e chamado Grita. Após passagem pelo exército (como reservista), foi empacotador de supermercado e integrou um grupo de teatro da Universidade Federal do Maranhão denominado Gangorra. Teria combinado a influência dos colegas do grupo de teatro e a realização de um curso pré-vestibular para ingressar no curso de Direito da UFMA. Durante a graduação foi professor de história em colégios particulares e participou de “grupos” no movimento estudantil cujos integrantes formaram as principais agremiações partidárias de esquerda do estado, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT). Profissionalmente atuou como advogado da Comissão Pastoral da Terra, da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, da Cáritas Brasileira, de sindicatos rurais e urbanos e em defesa dos “quilombolas”.

Concorreu a vereador de São Luís em 1982 e 1988 e não obteve êxito. Ainda na década de 1980 foi um dos principais líderes do PT e de uma tendência denominada “PT de Aço”, notabilizada pela atuação junto aos movimentos de trabalhadores rurais. Ocupou vários cargos de direção nos diretórios municipal e estadual. Alcançou o primeiro cargo eletivo como deputado estadual em 1990 (aos 34 anos); em 1994 elegeu-se deputado federal (aos 38 anos) e, em 1996, vice-prefeito de São Luís. Em 2002 retornou ao poder legislativo estadual e, em 2006, reconquistou o mandato de deputado federal. Participou ativamente da chamada Frente de Libertação do Maranhão, liderada pelo então governador, José Reinaldo Tavares, o que contribuiu para a sua eleição. Foi Presidente do Diretório Regional do PT entre 2006 e 2008. Em 2010, se elegeu em uma coligação de partidos alinhados à facção liderada pela candidata Roseana Sarney. Sua reação à aproximação do PT com os denominados “adversários históricos” e à indicação pelo partido do candidato a vice-governador na chapa da atual governadora, chegando a realizar uma greve de fome com repercussão nacional, permitiram que a sua candidatura congregasse os chamados “setores oposicionistas à família Sarney”. Seu patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R\$ 69.291,00.

Outro vetor de diversificação da “elite política estadual”, como vimos, são as modalidades de itinerários de cargos políticos. Sobretudo, atentando para o cargo de ingresso e constatando o aumento do número de deputados federais eleitos pelo Maranhão que iniciaram suas carreiras como vereadores. Entre aqueles que teriam “ingressado por baixo” pode-se elencar um conjunto de casos distribuídos por diferentes siglas (PTB, PTC, PRB, PMDB e PSDB) e que começaram seus percursos seja na capital, seja no interior. Tal via de afirmação, ascensão e reprodução no espaço político, é utilizada tanto por agentes pertencentes a “grupos familiares” tidos como “tradicionais” que passaram por algum processo de desclassificação, quanto por segmentos *outsiders* que logram êxito na inscrição de seus “nomes” e de suas “famílias” no universo da política.

O único deputado eleito pelo PTB em 2010 é originário de uma “tradicional família” de políticos e proprietários rurais, grandes fazendeiros, em Arari. O “grupo familiar” é um dos mais antigos do município. Entre os “ascendentes”, três tios (por parte de pai e por parte de mãe) foram prefeitos da cidade. Seu pai, ao contrário dos irmãos que mantiveram as propriedades rurais e trabalhavam como fazendeiros, atuou como empregado na empresa de um próspero empresário de origem libanesa, intermediando produtos alimentícios. O deputado declarou à Justiça Eleitoral nas últimas eleições um patrimônio de R\$ 994.000,00, constituído de imóveis, automóveis e propriedades rurais.

Formado em engenharia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), iniciou sua carreira política (depois de atuar em empresas de familiares e como estagiário de empresas de engenharia). Começou a exercer funções públicas como funcionário do Banco do Desenvolvimento do Nordeste e, em 1989, filiado ao PSDB, foi convidado a ser diretor da Companhia de Limpeza Pública da Capital (Coliseu), em uma administração municipal comandada por rivais da “família Sarney”. Posteriormente foi vereador (1992-1996), secretário municipal (em uma administração do Partido Socialista Brasileiro), candidato a prefeito em São Luís (1996) e deputado federal (pela primeira vez aos 49 anos) no período 1999-2011, já na condição de “aliado” do que se convencionou chamar de “grupo político”. Concorreu a prefeito da capital novamente em 2008.

Seu irmão, que atualmente é deputado estadual pelo PTB, empresário e grande proprietário rural (com patrimônio declarado de R\$ 3.503.206,46 e no qual se destacam imóveis, cotas de empresas e proprie-

dades rurais), foi vereador por quatro legislaturas e deputado estadual por quatro mandatos consecutivos, tendo sido presidente da Assembleia Legislativa e um dos principais aliados da “família Sarney”. Outro irmão foi secretário de agricultura no governo de Roseana Sarney e primeiro suplente de senador entre 2002 e 2010. O sobrinho também foi vereador da capital (1996-2000).

Já o único deputado federal eleito pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) é filho de advogado formado pela Universidade Federal do Maranhão, membro da igreja batista central de São Luís (atuando como cantor gospel) e proprietário de um patrimônio de R\$ 176.161,12, formado por imóveis (segundo declaração ao TSE em 2010). Além disso, seu pai foi ex-vereador em São Luís, ex-deputado federal constituinte e ex-deputado estadual. Teve atuação destacada no parlamento municipal (foi presidente da Câmara Municipal) e estadual (foi líder do governo Luís Rocha no início da década de 1980 e do governo Jackson Lago mais recentemente, além de líder da oposição em 2010). Disputou a prefeitura de São Luís em três oportunidades. Foi secretário da casa civil do estado e da prefeitura da capital.

Eleito em 2004 vereador (aos 26 anos) e reeleito em 2008, o atual deputado federal e advogado formado pelo centro Universitário do Maranhão (Ceuma) herdou parte das bases eleitorais do pai, contou com densas relações acumuladas por esse no espaço político, se destacou no legislativo municipal e chegou à Câmara dos Deputados em 2010 (aos 32 anos). Seu patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R\$ 142.059,71 e o rol de bens apresenta veículos, apartamento e cota em empreendimento educacional.

Também membro de bancada de um único deputado no estado, o parlamentar pelo PRB é filho de lavradores (pequeno agricultores de subsistência) que tentaram investir em atividades comerciais no interior, sem sucesso. Originário de uma “família humilde”, seus pais trabalharam em feiras e com comércio informal em São Luís. O atual deputado federal estudou em escolas públicas e cursou o Centro Federal Tecnológico (escola técnica conhecida como Cefet), a faculdade de matemática da UFMA e a faculdade de direito do Ceuma. Participou do movimento estudantil desde o ensino secundário, de movimentos ecológicos (doações de mudas, replantio, etc.) e culturais (organizando grupo de jovens ligados à música, danças, gincanas, etc.). Embora oriundo de família católica, passou a atuar em uma igreja evangélica. Funcionário Público do Instituto Nacional de Seguridade Social, chegando à chefia de postos, conquistou

por intermédio dessa função uma clientela política. Um dos seus irmãos é formado em filosofia e cursou direito na Faculdade Candido Mendes (FACAM), tendo atuado como assessor na Câmara de Vereadores e na Câmara dos Deputados, sendo secretário-geral do partido no estado.

Em 1996 concorreu à vereança pelo Partido Verde (PV), sem sucesso, e, em 1998, a deputado estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sem obter êxito. Em 2000 chegou à Câmara de Vereadores de São Luís (aos 28 anos) pelo Partido dos Aposentados da Nação (PAN), do qual foi presidente nacional. Em 2004, se reelegeu e exerceu a liderança do governo do então prefeito Tadeu Palácio. Em 2006, chegou à Câmara dos Deputados (aos 34 anos), compondo uma coligação que apoiava a candidatura de Jackson Lago ao governo do estado. Disputou a prefeitura de São Luís em 2008 e se elegeu para o segundo mandato em 2010, em uma coalizão de partidos deu sustentação ao projeto da reeleição de Roseana Sarney. Mantém um espaço de atendimento chamado “Casa do Povo” destinado à “assistência”, “orientação” e “auxílio” da “comunidade”.<sup>23</sup> Seu patrimônio declarado quando inscreveu sua candidatura em 2010 é de R\$ 976.662,74, composto de casas, apartamentos, automóveis e contas bancárias.

Tal percurso ascendente não é exclusividade dos pequenos partidos e de políticos que iniciam sua carreira pela capital (poderiam ser citados ainda o único deputado federal pelo Partido Social Cristão, um advogado formado pela UFMA e líder evangélico, e o único deputado federal eleito pelo Partido Trabalhista do Brasil, o funcionário público e líder da associação dos delegados da polícia civil). Dois deputados eleitos pelo PMDB trazem exemplos de trajetos que se iniciam pelo interior e que pertencem a um grande partido.

O primeiro é considerado sucessor do ex-deputado federal, ex-vice-governador e atual senador João Alberto e um dos principais aliados do prefeito da sua cidade, Bacabal, e da filha, ex-deputada estadual. Filho de um empresário e pecuarista, sobrinho de uma vereadora, formado em direito pelo centro Universitário do Maranhão (Ceuma), chegou à Câmara

---

<sup>23</sup> Os dois últimos casos estão diretamente associados ao uso da filantropia como recurso eleitoral. Coradini (2001) mostrara a combinação da ética religiosa e o valor da benevolência como critério de legitimação de candidaturas e como fator de sucesso eleitoral no Rio Grande do Sul.



de Vereadores em 2008 (com 19 anos) e à Câmara dos Deputados em 2010 (com 23 anos). Seu patrimônio declarado ao TSE foi de R\$ 177.753,53.

O segundo é marido da atual prefeito de Timon, reeleita em 2008 para o segundo mandato e ex-deputada estadual. Filho de um sapateiro e formado em educação artística e professor do ensino médio, ingressou na carreira política como vereador na década de 1970. Fundou mais de 100 entidades de movimentos comunitários ligados ao problema da moradia. Foi vereador na sua cidade em 5 legislaturas e exerceu a presidência da Câmara de vereadores em duas oportunidades. Está no segundo mandato. Chegou à Câmara dos Deputados pela primeira vez em 2006 (aos 56 anos). Possui patrimônio de R\$ 262.430,81, segundo declaração à justiça eleitoral.

Além dos casos descritos acima podem ser mencionados outros exemplos de políticos que começaram suas carreiras como vereadores: um deputado federal eleito pelo PSDB, empresário rural e ex-vereador em Açailândia (apoiado pelo prefeito em segundo mandato na cidade); um deputado federal eleito pelo PR, também empresário, ex-vereador e ex-prefeito de Bacabal (reeleito), pai de uma ex-deputada estadual; e outro deputado federal reeleito pelo PSDB em 2010, empresário de *radiolas de reggae* (equipamento que reproduz em festas populares músicas desse gênero musical) e ex-vereador em São Luís entre 2001 e 2006.

## Considerações finais

O estudo apresentado ao longo desse texto mobilizou diversos modos de apreender a composição social e as carreiras nos agentes que ocuparam uma posição de destaque no espaço político maranhense. Em um primeiro momento, foram realçados os elementos de monopolização de postos políticos por segmentos social e politicamente estabelecidos e a capacidade de reprodução dos mesmos. No momento seguinte, foram iluminados aspectos como a diversificação social decorrente do ingresso de agentes que reivindicam o empreendedorismo e ativam uma série de qualidades que justificariam a ascensão social e a afirmação política (sobretudo os descendentes de imigrantes libaneses) e a entrada na política de protagonistas com posição social de origem mais baixa, que combinam atuações militantes, inserções religiosas e modalidades distintas de atendimento. Como corolário, as carreiras políticas passaram a revelar percursos diversos em que o “ingresso por baixo” e a passagem por cargos eletivos antes de chegar ao cume da hierarquia dos cargos parlamentares começaram a

ser cada vez mais recorrentes. No último momento, os perfis analisados revelaram a persistência de práticas tidas como “tradicionais” (transmissão familiar, clientelismo, mediação, personificação do capital simbólico, centralidade das máquinas políticas, trânsito entre partidos ao sabor dos realinhamentos faccionais, etc.).

Tal quadro desvela a complexidade das interdependências entre mudança social e mudança política. Por um lado, a despeito da diversificação de camadas sociais, de recursos, de atributos, de repertórios e de ideologias percebe-se a manutenção de lógicas de controle da chamada “elite política” sobre tal processo. Por outro lado, no bojo desses mecanismos de autorreprodução criam-se as condições de acesso de novos discursos, personagens e formas de identificação na política.

## Referências

ABREU, A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARÃO, S. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BAILEY, F. G. *Stratagem and Spoils*. A Social Anthropologic of politics. Oxford: Westview, 2001.

BARROS FILHO, José. *A Tradição Engajada: origens sociais, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2007.

BOISSEVAIN, J. *Factions, Parties and politics in a Maltese village*. In: SCHMIDT, S.W. et al.(Eds.). *Friends, Followers and Factions*. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

COLLOVALD, A. *La république du militant*. Recrutement et fillières de la carrière politique des députés socialiste. In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les Élités Socialistes au Pouvoir: Les dirigeants socialistes face à l'État-1981-1985*. Paris: Puf, 1985.

COSTA, D. dos S. D. *Mulheres e Especialização Política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais do Maranhão*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2009.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 2001.

DINIZ, E. *Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. In: OFFERLÉ, M. (Org.). *La profession politique*. Paris: Belin, 1999.
- ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- GARRAUD, P. *Profession Homme Politique*. Paris: L`Harmattan, 1989.
- GAXIE, D. *La Démocratie Représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Le vote comme disposition et comme transaction”. In: (Org.). GAXIE, D. *Explication du vote*. Un bilan des études électorales en France. Paris: Pres-ses de la foundation nationale des sciences politiques, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Les logiques du recrutement politique”. In: *Revue Française de Science Politique*. v. 30, n. 3. fev. 1980.
- GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. “Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital Social collectif et carrière politique”. In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les Élités Socialistes au Pouvoir: Les dirigeants socialistes face à l’État-1981-1985*. Paris, Puf, 1985.
- GRILL, I. G. “Especialização Política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios”. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. *As Ciências Sociais e o estudo da Política*, 2011 (no prelo).
- \_\_\_\_\_. “Os usos de “ismos” em batalhas políticas e intelectuais (RS e MA)”. 34. Encontro Anual da Anpocs, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Descendentes de imigrantes na política do Rio Grande do Sul e do Maranhão: ascensão social, afirmação eleitoral e cooptação política”. In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultura*. São Luís: EDUFMA, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Múltiplas dimensões de uma agenda comum de pesquisas: elites, profissionais e lideranças políticas”. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos; BARROS FILHO; J. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: EDUFMA, 2008a.
- \_\_\_\_\_. “As Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos; BARROS FILHO; J. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: EDUFMA, 2008b.
- \_\_\_\_\_. “Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. *Revista Sociologia e Política*, n. 30, 2008c.
- \_\_\_\_\_. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- HUBÉ, N. “Le recrutement social des professionnels de la politique”. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P; *Nouveau manuel de science politique*. Paris: La Découverte, 2009.

- LANDÉ, C. H. "Introduction: the dyadic basis of clientelism". In: SCHMIDT, S.W. et al. (Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- LÉVÊQUE, S. "Bibliographie sur l'entrée en politique". *Politix*, n. 35, 1996.
- MARENCO, A.; SERNA, M. Por que Carreiras Políticas na Esquerda e na Direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.
- MAYER, A. C. "The Significance of Quase-group in the Study of Complex Societies". SCHMIDT, S. W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- MESSENBERG, D. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. Brasília: Brasiliense, 2002.
- NAY, O. "Les règles du recrutement politique: pour une approche institutionnaliste de la sélection politique. L'exemple des candidats à l'élection régionale". *Politix*, n.44, 1998.
- NUNES, P. P. *Medicina, poder e produção intelectual*. São Luís: UFMA, 2000.
- OFFERLÉ, M. "Professions et Profession Politique". In: OFFERLÉ, M. *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.
- PERISSINOTTO, R. M. et al. "Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa". *Sociologias*, v. 22, 2009.
- RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SAWICKI, F. *Les réseaux du Parti Socialiste: sociologie d'un milieu partisan*. Paris: Belin, 1997.
- SCOTT, J. "Corruption, machine politics and political change. *American Political Science Review*. V. 63, n.4, 1969.
- TAVARES DOS REIS, E. *Contestação, engajamento e militantismo*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- YSMAL, C. "Elites et leaders". In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Org.). *Traité de Science Politique*. Paris: PUF, 1985.